

11 ABR 2005

Economia - Brasil



Mário César de Camargo*

GAZETA MERCANTIL

Por trás do desenvolvimento

Até que ponto os números da economia são verdadeiros?

Os números relativos ao crescimento do PIB, superávit primário das contas públicas, exportações e outros indicadores, positivos como há muito não se via, não devem ofuscar a realidade nacional. A boa performance da economia brasileira em 2004 precisa ser entendida em sua exata dimensão. Em parte significou a retomada inercial do nível de atividades, depois de um ano — 2003 — de absoluto

marasmo, como ocorre com os aviões, que naturalmente retornam à posição normal após inclinação provocada por uma turbulência.

Também deve ser considerada a conjuntura favorável da economia mundial e o câmbio adequado até meados do ano passado. Ambos contribuíram para o avanço das exportações, que foram decisivas para a expansão de 5,2% do PIB, a maior registrada pelo IBGE desde 1994. Tudo ótimo! Porém, é inevitável a pergunta: como teria sido o comportamento da economia num ano de tão favorável conjuntura, não fossem os juros elevadíssimos e os impostos exagerados? Sem incorrer no equívoco do achismo, é provável

que o crescimento tivesse sido ainda maior, as exportações mais substantivas e a criação de empregos mais numerosa e compatível com o passivo social da Nação.

Saindo do terreno das hipoteses e ingressando no universo das certezas, é possível formular exata equação: os ventos da economia mundial e a conjuntura sopraram a favor do crescimento brasileiro, mas os

Os brasileiros pagam muito caro para que o governo forje números positivos

indicadores do setor público/política econômica — em especial o superávit primário do orçamento, a valorização de títulos internacionais da dívida nacional e o razoável controle

da inflação — viabilizaram-se mediante imenso sacrifício da sociedade. Empresários e trabalhadores foram, compulsoriamente, transformados em sócios do governo, supridores do dinheiro necessário para manter, a qualquer custo, o equilíbrio fiscal.

Economistas calculam que a carga tributária já esteja às portas de 40% do PIB. Isso explica o porquê de a realidade das fábricas e das ruas mostrar-se dispar dos números globais da economia. O PIB cresceu, o

superávit primário é recorde, as exportações aumentaram, o País dá-se ao luxo de desdenhar do FMI, mas os salários são menores, conforme as estatísticas. E aos empresários, alguém já lhes perguntou como está a margem de lucro?

Os brasileiros pagam muito caro para que o governo forje números positivos. Estes são bem-vindos, mas não podem advir, quase na totalidade, do sangue, suor e lágrimas dos que produzem e trabalham. É preciso reduzir a pena kafkiana a que foram condenados os brasileiros, cada vez mais instados a honrar a conta de erros que não cometeram, do passado e do presente.

Talvez a consciência definitiva sobre a questão tenha estabelecido o limite do tolerável na reação ao aumento de impostos contido na Medida Provisória nº 232 e à proposta do descabido aumento salarial dos parlamentares. O setor público, embora fosse desejável, nem precisaria devolver à sociedade na forma de bons serviços o dinheiro que vem confiscando. Basta que, a partir de agora, desonre a produção, arcando ele próprio, imbuído economia e bom senso, com a saúde fiscal.

* Presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf).